

Notas sobre a incorporação do conceito Amazônia pela cultura letrada regional¹

Luís Francisco MUNARO²

Doutor

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR

Resumo

Percorrendo alguns dos principais textos produzidos por viajantes na América do Sul, este artigo procura entender como “Amazônia” se tornou um conceito importante para a compreensão de vasta porção territorial, acabando por servir de denominador de uma ação política comum entre elites políticas situadas em Belém e Manaus. Os textos são as *relaciones* de Gaspar de Carvajal e Cristóbal Acuña, o relatório de Charles Marie de La Condamine, o romance de Lourenço da Silva e Amazonas bem como alguns textos da imprensa paraense da segunda metade do século XIX, sobretudo da autoria de D. Macedo da Costa. Para tanto, recorre à história do conceito como compreendida por R. Koselleck (2006) e a um breve prospecto da história da mídia impressa.

Palavras-chave: História da Mídia Impressa; História do conceito; Amazônia; Livros; Viajantes.

Desde os viajantes europeus até a moderna literatura acadêmica, Amazônia é uma palavra cuja evocação lembra uma enorme porção territorial habitada por lendas e tesouros inexprimíveis. Para chegar até nós como um corpo cultural mais ou menos nítido no interior do continente americano, ela precisou ser preenchida de sentido histórico e, ao ser preenchida, causar a impressão de “estar sempre ali”. O processo de invenção da Amazônia, como o chamou Neide Gondim, envolveu cartas, relatos, livros e outras mídias que, ao povoarem a mentalidade europeia, se reconstruíram entre nossas elites letradas na forma de literaturas e mitos sobre uma grandeza naturalmente coesa, como que predestinada a realizar-se no tempo. Elites letradas imaginaram a Amazônia e o fizeram, ainda que dialogando com a realidade regional, pois de outra forma não poderia ser, a partir de sua própria projeção de si mesmas, daquilo que gostariam de ver em suas melhores qualidades históricas e nos elementos sociais e culturais que escolheram, por motivos diversos, ser a encarnação de sua própria existência no tempo. Ora estes elementos são indígenas, ora caboclos, ora mesmo descendentes de europeus no Brasil.

Este artigo busca fornecer um pouco de nitidez ao processo em que relatos publicados como livros inauguraram sentidos sobre a ocupação da Amazônia pela consciência histórica europeia, acabando por ser aclimatados no Brasil e servindo de suporte narrativo para as

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR Email: luismunaro@ufr.br

histórias contadas por aqueles que viriam a chamar a si mesmos de amazônicos ou amazônidas. Quer dizer, o texto percorre rapidamente os principais relatos que foram lidos e relidos por elites letradas e formaram uma determinada ideia de pertencimento à região, ajudaram a cristalizar aquilo que se pode chamar de uma “tradição”, concentrando-se nos seguintes: As *relaciones* de Gaspar de Carvajal e de Cristóbal Acuña, a *relation* de Charles Marie de La Condamine, o romance de Lourenço da Silva e Amazonas bem como alguns textos da imprensa paraense da segunda metade do século XIX, sobretudo da autoria de D. Macedo da Costa, que parecem demonstrar um uso já mais estabilizado da palavra Amazônia. É claro que este não é um processo que fica circunscrito ao universo dos letrados. Mas são eles que trabalham pela formação de uma metamemória, ou seja, uma memória coletiva que se pode dizer consciente de seu próprio papel na história. Ao narrarem o passado reconfigurando textos mais antigos, tradições já fundadas, como num círculo hermenêutico elas contribuem para estabelecer determinados marcos identitários sobre o que significa pertencer a um lugar. É um processo que mesmo quando a partir de meados do século XIX tenta assumir uma postura anti colonizatória, continua se revolvendo dentro da tradição cultural europeia.

Amazônia assim será tratada como um conceito que, como qualquer outro conceito, tem uma história. O historiador Reinhart Koselleck, ao discutir a relação entre as palavras e as coisas ao longo do tempo, lembra que é o conceito em comum que permite “a unidade de ação política”. Os agentes políticos, entendendo-os como aqueles que, ao longo do processo histórico, desenvolvem um horizonte de consciência sobre as suas ações políticas, reúnem-se em torno de conceitos agregadores, que podem aludir desde um movimento político até um lugar em comum. Os recursos linguísticos de que eles dispõem fazem parte do seu horizonte de ação. É um erro, por exemplo, dizer que haja uma “consciência proletária”, na medida em que os proletários foram em sua maior parte alheios à existência uns dos outros, muito embora seja possível falar numa consciência histórica do “comunismo”. Isto porque “comunismo”, tanto quanto “liberalismo”, “positivismo” e uma série de outros “ismos”, revelam, como lembra o mesmo Koselleck, “um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social e originários do passado” (KOSELLECK, 2016, p. 101). Sabe-se assim que o conceito serve para reunir indivíduos empenhados num projeto coletivo, tornando-os “agentes históricos”, o que não quer dizer que estes conceitos não sejam mutantes, quer dizer, recebam novos significados a partir do uso vulgarizado por

determinados autores e grupos políticos. Os usos frequentes do conceito terminam por transformar o campo de experiência política e social, definindo novos horizontes de expectativas. A partir disso, faz-se a seguinte pergunta sobre o conceito: “Por quanto tempo permaneceu inalterado o conteúdo suposto de determinada forma linguística, o quanto ele se alterou, de modo que, ao longo do tempo, também o significado do conceito tenha sido submetido a uma alteração histórica?” (Ibid. p. 105).

A busca pela compreensão da estabilização do uso do conceito Amazônia começará pelos relatos de viajantes tratados como os principais narradores do processo de colonização até chegar na formação de classes de letrados nativos. É pela transformação de Manaus na capital da província do Amazonas, em 1850, que se interiorizou uma elite letrada, antes cingida ao espaço de Belém, e que se dividia entre pensar a si mesma como parte do Grão-Pará brasileiro ou de Portugal. Amazônia era, então, algo inteiramente alheio ao imaginário destas elites, quer dizer, despertava muito maior preocupação nos círculos ilustrados europeus – ainda que começasse a se desenhar, entre os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma preocupação com os “vazios demográficos” nacionais, preocupação da qual partiu o intelectual romântico Lourenço da Silva e Amazonas para compor o seu dicionário e seu romance sobre a história do Amazonas.

O processo de nomeação do rio, que passou pela construção de um conceito que causou viva impressão na Europa, depois retraduzido num contorno territorial capaz de despertar algum tipo de sentimento patriótico, começou pela famosa viagem de Francisco Orellana entre 1541 e 1542. Tendo partido de Quito, a expedição atravessou o Amazonas e tornou o rio conhecido dos letrados europeus. Integrante da expedição, Frei Gaspar de Carvajal produziu a “relación que escribió fr. Gaspar de Carvajal, Fraile de La Orden de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echó a su ventura por el dicho río, y por el nombre del Capitán que le descubrió se llamó el río de Orellana”. A *relación* tem, antes de um objetivo descritivo, como se consolidará nos registros históricos e etnográficos do iluminismo, a intenção de mostrar os serviços dos súditos à Sua Majestade e gravar a conquista espanhola do novo rio, cuidando mais projetar um determinado ideal na terra desconhecida do que fornecer sobre ela elementos geográficos nítidos. Foi durante a descida do rio Solimões, diante de uma chuva de flechadas no território dos omágua, que o imaginário de Carvajal, povoado pelos relatos bíblicos e pelos resquícios da mitologia greco-romana na

cultura da Europa medieval, julgou ter visto enormes guerreiras com um seio amputado para poderem manusear melhor o arco e flecha, as amazonas. Dessa experiência nada agradável, que resultou num olho a menos para Gaspar, herdou a Amazônia o seu nome. Os relatos foram publicados “á expensas del excmo. sr. Duque de Tserclaes de Tilly” e, a partir de sua publicação, fugiram do controle da coroa espanhola alimentando uma série de imagens sobre o novo mundo. A *relación* de Carvajal revela, tanto quanto a dificuldade de nomear e criar inteligibilidade para um lugar tão distante da mentalidade espanhola, a importância do “dizer suporte” (1993), um dizer que, mesmo que partindo de uma ficção, ajuda a estabilizar um conjunto de “narrativas fundadoras” sobre as quais será possível conhecer efetivamente a região. Mais importante, portanto, do que a verdade da viagem, é o relato que dela se fez e que, uma vez escrito, circulou por toda a Europa a partir de um rio já nomeado. Longe de questão ociosa, a discussão em torno das amazonas está no cerne do curto circuito entre uma visão edenista da América e uma visão infernista (GONDIM, 2004), já que as amazonas costumavam encarnar tanto o cuidado maternal, a rebelião contra um certo estado de opressão, quanto a agressividade na proteção do seu território.

Quase um século depois da viagem de Orellana, uma expedição saída de Belém do Pará em 1637 tentou chegar até Quito através do rio Amazonas, ou seja, fazendo o percurso inverso ao de Francisco Orellana. O capitão Pedro Teixeira levou consigo o jesuíta espanhol Cristobal Acuña, que produziu o relato intitulado “Nuevo Descubrimiento Del Gran Río de Las Amazonas”, impresso pela Imprensa do Reino em Madri, em 1641. O comandante Bento da Costa foi o responsável pela elaboração do mais antigo mapa do Rio das Amazonas. Com o seu registro cartográfico, foi possível o início de um processo de ocupação, tanto física quanto simbólica, pela delimitação cuidadosa dos rios, seus afluentes, bem como espaços que poderiam ser aproveitados econômica e militarmente pelos colonizadores. A *relación* de Acuña é um documento importante porque acendeu na política colonial portuguesa a necessidade de tomar posse do território através da construção de fortes, da conversão dos indígenas e das atividades econômicas. Guiado pelo topos *historia magistra vitae*, característico da mentalidade do período, Acuña entendia a narrativa histórica como um repositório de grandes exemplos capaz de fornecer ou mesmo comprovar doutrinas morais, políticas e jurídicas, quer dizer, mais de demonstrar aquilo que poderia ter acontecido do que descrever o que verdadeiramente aconteceu. Da mesma forma como no relato de Carvajal, antes de “contar a verdade”, o narrador busca a imitação, o seu discurso “apresenta aos olhos dos ouvintes ou leitores aquilo que é verossímil, de modo a movê-los (*movere*) pelo deleite

(*delectare*) e pelo ensinamento (*docere*), visando a fins morais, políticos e religiosos” (LACHAT, 2019, p. 111). Estes detalhes a respeito do período mostram, inclusive, como seriam impossíveis relatos jornalísticos no sentido habitual do termo, já que nem mesmo estava consolidada uma narrativa histórica capaz de separar com clareza verdade e ficção. A *relación* documenta a existência de comunidades indígenas, buscando catalogá-las, ao mesmo tempo em que confirma os mitos representativos da região: “confirmamos las largas noticias que por todo este río traíamos de las afamadas Amazonas, de quienes él tomó el nombre desde sus primeros principios”; e “los fundamentos que hay para asegurar [la existencia de la] provincia de [las] Amazonas en este río son tantos y tan fuertes que sería faltar a la fe humana el no darles crédito (Apud. Ibid.)” É importante lembrar que a viagem de Pedro Teixeira seria utilizada como argumento mais tarde, em 1750, para a posse portuguesa do território amazônico, no contexto das discussões do Tratado de Madri.

As obras de catequese que se expandiram no continente americano ao longo do século XVII se inscrevem neste processo de dar inteligibilidade ao território amazônico e trazê-lo para perto da religião cristã. O poder dos jesuítas na região cresceu tanto que o Marquês de Pombal passou a enxergá-los como uma ameaça geopolítica, expulsando vários deles do Brasil em 1759. Dentre os jesuítas nomeados para o trabalho de catequese na Amazônia está o padre Samuel Fritz, ligado à Coroa Espanhola, que chegou em 1684 na Amazônia ocidental e lá permaneceu durante quase quarenta anos. Fritz produziu mapas e relatórios, fornecendo importantes instrumentos para a colonização e para os esforços de conversão realizados pelos portugueses e espanhóis. Os mapas de Fritz seriam fundamentais para a orientação do viajante Charles-Marie de La Condamine. Sobre La Condamine, que esteve em solo americano entre 1735 e 1745, é importante fornecer alguns elementos históricos sobre o tipo de sociedade de letrados da qual fazia parte, bem como das suas aspirações possíveis enquanto geógrafo e etnógrafo. No seu século, se desenvolveu uma solidariedade intelectual entre os homens de letras, a ponto de se poder falar numa “República das Letras”, tendo os *philosophes* assumido um posicionamento ativo na mudança do mundo ou na reforma do homem para potencializar o seu uso da razão. Como disse o afamado Kant, em frase que se tornou lapidar da mentalidade dos intelectuais e da sua convicção profunda na salvação pela razão, *sapere aude*. O ideal dessa solidariedade entre letrados era a própria publicação, ou a exposição ao público daquilo que estava soterrado, e sua discussão na forma de “crítica”, conceito que permite compreender como o ataque à moral do rei, pedra basilar do funcionamento do estado absolutista, espargiu uma crise política em toda a Europa. O intelectual se fundiu no editor,

o primeiro passando a dominar técnicas de editoração e mantendo íntimo contato com livreiros: surge assim o ideal do intelectual como um *publisher*. E o *Publisher* é um *philosophe*, um *engagé*, sempre pronto a desfilar nos salões e clubes a sua capacidade de conversação e argumentação.

Além disso, o *philosophe* assumiu a função de pedagogo, ou de guia do ainda incipiente público leitor em direção ao progresso imaginado. Ele é, ou assim se crê, unguído, na expressão utilizada pelo Thomas Sowell (2011). Pode-se então falar que, de forma geral, com a expansão do Iluminismo, difunde-se também entre os intelectuais uma certa ideologia do progresso, ou a noção de que o passado, um emaranhado de absolutismo, religião formal e escolasticismo, deve ser ultrapassado para o bem da reforma humana. Alguns estados nacionais europeus conseguiram manter uma censura mais bem organizada e evitar os chamados “panfletos incendiários”. Na Espanha e Portugal, a Inquisição agiu até o início do século XIX e as publicações precisavam passar pela licença régia. Portanto, as tais Luzes não se dispersaram com a mesma velocidade em cada rincão, havendo sempre filtros nacionais para cada ilustração. No contexto destes confrontos entre a razão e a tradição, os europeus, sobretudo franceses e ingleses, começaram a debater o tamanho do mundo, sua real dimensão, bem como querer expor à luz (de seus respectivos países) todos os cantos do mundo que lhes eram desconhecidos. Um destes confrontos girava em torno do próprio formato do globo terrestre, pois não se sabia se era “inchado nos polos”, como sugeriu René Descartes, ou “achatado”, como sugeriu Isaac Newton. Em conjunto com outros membros da Academia de Ciências, o cientista La Condamine foi enviado à América do Sul para efetuar medições que seriam capazes de resolver a celeuma. Feitos seus cálculos em Quito, La Condamine decidiu retornar com sua expedição pelo rio das Amazonas, coletando, para melhor poder se orientar, todos os documentos que encontrou sobre a região. La Condamine se correspondeu com Don Josef Pardo de Figueroa Acuña, sobrinho-neto do anteriormente citado Cristóbal Acuña e que ocupava o posto de marquês de Valleumbroso em Quito (SAFIER, 2009). Don Josef forneceu documentos, entre os quais a *relación* de Cristóbal Acuña, as descrições dos jesuítas Jean Magnin e de Samuel Fritz, e complementou “Já terá visto que estranhas são nestes países as ciências matemáticas [...] e o pouco que se pode confiar nos mapas comuns, que pela maior parte se têm formado sobre relatos pouco certos, e por nada exatos” (Apud. Ibid., p. 95).

Em seus relatórios de viagem, intitulados “Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale depuis la côte de la mer du Sud jusqu'aux côtes du Brésil et de la Guyane, en descendant la rivière des Amazones, lue à l'assemblée publique de

l'Académie des sciences, le 28 avril 1745”, La Condamine se apressou em desacreditar as narrativas anteriores como pouco verossímeis, ou “somente históricas”, não dando fundamento à existência do rio: “Não se sabe hoje na Europa nada sobre os países atravessados pelo Amazonas fora daquilo que se apreendeu há mais de um século por meio do relato do padre d’Acuña” (Apud. Ibid.). A tentativa de La Condamine ultrapassar Acuña e mesmo soterrar os diários do Padre Samuel Fritz e Jean Magnin se explica pelo próprio ambiente competitivo da Academia de Ciências e dos intelectuais que buscavam espaço, dinheiro de mecenas e celebridade. Quer dizer, mesmo tendo copiado relatos e descrições sobre povos indígenas de outros autores, La Condamine se apressou em mostrar que a sua *relation* é muito mais meritória que as anteriores. E, de fato, essa se tornou uma prática acadêmica comum: refundir elementos de obras anteriores sob uma aparência absolutamente original, ao mesmo tempo em que adornando-a de um verniz retórico empolgante. La Condamine não apenas criou as condições para a sua fama na Academia de Ciências, como também contribuiu para a popularização de uma visão da Amazônia que, pelo menos um século depois, começaria a ser incorporada pelos habitantes daquilo que hoje se conhece como Amazônia. Na sua *relation*, medidas astronômicas dividiam espaço com os relatos míticos, as descrições coloridas “foram intercaladas com anotações de latitude e longitude, um modelo que prefigurava uma nova fórmula capaz de atrair um público amplo ao mesmo tempo em que se conformava às expectativas rígidas de uma memória acadêmica” (Ibid., p. 92). O brasilianista Neil Safier documenta a recepção do público, ou da esfera pública literária, a respeito dos relatos feitos por La Condamine em evento na Academia de Ciências. A revista literária *Mercur de France*, por exemplo, dizia que o autor:

[...] entretinha a assembleia ao contar a sua descida pelo ‘fleuve du *Maragnon* ou des *Amazones*’, e que ‘incluía comentários sobre plantas e animais da região, costumes, crenças e línguas indígenas, os mitos e lendas que diziam respeito à raça de mulheres guerreiras que deram nome ao rio, e a informação geográfica que se encontrava inscrita no ‘preciso’ mapa que ele trouxera na volta à França (Ibid).

Noutras palavras, o viajante e *philosophe* se assenhoreou de dados e registros fornecidos por outros viajantes e jesuítas, engrossou-os com uma percepção mais propriamente acadêmica e recheou-os dos elementos literários que tanto provocavam fascínio no público europeu, já que a manutenção das amazonas na narrativa científica era necessária para a recepção da sua obra. Ao mesmo tempo, ao compilar o rio Amazonas para o público europeu, o “*rivière des amazones*”, o autor acabou por dar uma identidade ao território,

transformando-o num objeto de estudos alusivo à toda a região onde circulavam os rios que desembocavam no Amazonas. Foi com La Condamine, portanto, que se consolidou no público europeu a percepção da região amazônica como fruto da bacia do rio Amazonas, ainda que o autor não tenha mencionado o conceito Amazônia. Além de cuidadoso observador dos rios pelos quais passou, desde o Marañon, Solimões, Negro, Tapajós, Xingu, o viajante manteve ativa interlocução com os indígenas, cuidando perguntar, sempre que pôde, a respeito das lendárias Amazonas. Segundo nos relata, as respostas dos indígenas sempre foi favorável à sua existência, muito embora apresentassem informações conflitantes. Ao finalizar a questão, La Condamine constata que elas existiam, muito embora não possa assegurar exatamente qual o local da rede hidrográfica em que se encontravam:

Malgré tout cela, j'avoue que j'aurois bien de la peine à croire que nos Amazones y fussent actuellement établies, sans qu'on eût de leur nouvelles plus positives, de proche en proche, par les indiens voisins des colonies européennes des côtes de la Guiane; mais cette nation ambulante pourroit bien avoir encore changé de demeure; et ce qui me paroît plus vraisemblable que tout le reste, c'est qu'elles ayent perdu avec le tems leurs anciens usages, soit qu'elles aient été subjuguées par une autre nation, foit qu'ennuyées de leus solititude, les filles aient à la fin oublié l'aversion de leurs meres pour les hommes (LA CONDAMINE, 1745, p. 106-7).

Muito embora tenha começado a sua obra pela descrição pejorativa dos indígenas, lembrados como apáticos e sem vitalidade, no que foi influenciado pela “Descrição da província e das Missões de Maynas no reino de Quito”, escrita por Jean Magnin (1701-53) sobre as missões em Maynas e outras populações indígenas da região (SAFIER, 2009), La Condamine finaliza sua *relation* apresentando os indígenas como um povo em fuga para interiores amazônicos cada vez menos desbravados – e o faz por meio das Amazonas que assumem essa condição metafórica. Sabe-se que o imaginário sobre o indígena caminha entre uma visão dele como um ente hostil à presença europeia e um bom cristão afastado dos vícios europeus (no mesmo movimento pendular entre o Éden e o Inferno), como nos ensaios de Michel de Montaigne ou mesmo na etnografia espanhola de Bartolomé de Las Casas e Garcilaso de La Veiga. A “apropriação”, para usar uma palavra da moda, que La Condamine fez dos relatos que o precederam, correspondia a uma expectativa de testemunhos pessoais no interior da Academia e ao mesmo tempo começava a ser atravessada pela fuga romântica verbalizada pelo mais lembrado contemporâneo do nosso viajante: o polemista Jean Jacques Rousseau. Ao saírem das observações de jesuítas como Magnin e Fritz, viajarem para a Europa por meio dos relatos de La Condamine, e finalmente serem impressas na

Encyclopédie, um longo caminho foi percorrido até se dar a sua cristalização, concluída tanto com a celebridade das amazonas quanto com a celebridade do próprio La Condamine (SAFIER, 2009, p. 99). Uma vez componentes do grande projeto enciclopédico, estas informações já tinham o estatuto de verdades sólidas na comunidade intelectual europeia. A obra de La Condamine foi intensamente discutida em círculos letrados europeus, beneficiando-se dos clubes literários, inclusive com fortes críticas à sua obra pela forma aparentemente redutora com que se referiu aos indígenas. Na conclusão de Neil Safier, “apesar das várias contestações à confiabilidade e à coerência lógica de suas teorias, foi a imagem que La Condamine criou do rio, dos ancestrais míticos da região e de seus habitantes indígenas que prevaleceu e deleitou um público europeu ansioso por histórias exóticas de ‘países pouco conhecidos’ do mundo” (SAFIER, 2009, pp. 111-112), acabando por consolidar a imagem do viajante filósofo ávido por trazer novidades para o ainda mais ávido público europeu em formação.

A descrição do bom selvagem construída por Jean Jacques Rousseau a partir destes relatos, sendo o próprio Rousseau um inimigo ferino da sociedade francesa de Antigo Regime, teria profunda influência não apenas sobre as elites brasileiras, mas também sobre as elites latino-americanas de forma geral, como demonstrado de maneira introdutória por Carlos Rangel (2018). No caso brasileiro, Rousseau teve influência sobre a geração romântica de integrantes do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, entre eles Lourenço da Silva Amazonas (MUNARO, 2021a). A partir desta influência, os indígenas começaram a ser pintados como heróis da saga brasileira, topos sem dúvida reforçado pela trilogia indigenista de José de Alencar em meados do século XIX. Cabe pensar, nesse sentido, como o Brasil, fundado como nação independente em 1822, inscreveu a Amazônia em seu próprio corpo territorial e como habitantes da Amazônia passaram a se entender como habitantes de uma região dotada de identidade própria.

Em 1822, quando da independência brasileira, as elites políticas grã-paraenses (sendo a província do Grão-Pará diretamente administrada pela metrópole portuguesa) eram não só compostas de descendentes de portugueses como se entendiam elas mesmas como portuguesas. O reino português conheceu um panorama peculiar de impressos livres de censura a partir da migração da corte portuguesa para o Brasil em 1807, e com a diáspora de grupos de políticos e letrados para o Rio de Janeiro, Paris e Londres. Sobretudo em Londres, formou-se uma comunidade de portugueses que escrevia ativamente para o Reino Português, que tinha agora o Rio de Janeiro como capital. O primeiro destes escritos foi o Correio

Braziliense, de autoria de Hipólito José da Costa. Hipólito, como outros intelectuais lapidados no pensamento das Luzes, não somente buscava impulsionar transformações no Reino luso-brasileiro, mas também consolidar um novo ofício, destarte livre da censura, que conhecemos por jornalismo. Ele e outros portugueses migrados em Londres, como José Bernardo da Rocha Loureiro e José Liberato Carvalho, fixaram os pressupostos para a atividade jornalística em língua portuguesa, com fortes críticas ao sistema absolutista que apressaram a necessidade de reformas no Brasil e em Portugal (MUNARO, 2014). Essas reformas foram iniciadas em 1821 com a realização das Cortes de Lisboa. No contexto da realização das cortes, deputados brasileiros foram convocados para participar e ajudar na elaboração de um texto constitucional para o Reino luso-brasileiro. Movido pela boa nova das reformas constitucionais no reino, o jovem estudante de direito na Universidade de Coimbra, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, nascido em Belém do Pará, retornou para o Grão-Pará para ajudar na propaganda das Cortes de Lisboa. Patroni, então com 23 anos, iniciou em Belém a publicação do jornal *O Paraense*, buscando filiar o Grão-Pará no movimento constitucional português. Utilizando uma linguagem política similar à de Hipólito da Costa, Patroni mencionou para os seus conterrâneos da província as novidades do século, quer dizer, as luzes, os melhoramentos advindos de um sistema constitucional, bem como da necessidade de proteger as liberdades individuais. Assim, ele instalou o ofício de jornalista no Norte do país. O ofício do intelectual, no contexto de um Brasil em nascimento, que buscava dar uma fisionomia política para a sua terra e gente, ainda estava profundamente vinculado à redação de panfletos e jornais. Jornais que possuíam o formato de livros e eram organizados enquanto tais. Eles eram elaborados por letrados que, em geral, detinham a organização de toda a função jornalística, indo desde a redação até a impressão. É um fato histórico importante que Patroni, como um representante daquilo que se pode chamar uma elite intelectual nativa, tenha se visto entre, no contexto da independência política brasileira em 1822, a filiação do Grão-Pará ao Brasil ou ao reino português, tendo preferido, pelos menos num primeiro momento, o reino português. No imaginário das elites políticas do Grão-Pará, aquelas cuja consciência histórica permitia vislumbrar a existência de grandes espaços agregados por cartas, relatos e livros, a filiação a Portugal era mais proveitosa do que uma filiação ao Brasil, sendo sintomático que em momento algum se fale numa Amazônia.

Com o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, fundado em 1838, os intelectuais foram inscritos num conjunto de preocupações de dar um contorno para o Estado e nação brasileira, nos moldes dos Estados nacionais europeus, para tanto articulando as várias

regiões do Brasil e redefinindo sua fisionomia. É aí que entra outro fruto da modernidade, a “consciência nacional” lentamente lapidada por meio da literatura e do jornalismo, quer dizer, da produção cultural em língua vernácula. A partir de 1850, integrantes do IHGB nascidos no Brasil, caso de Lourenço Amazonas, Joaquim Manuel Macedo e Gonçalves Magalhães, fizeram esforços para incorporar elementos nativos respondendo ao seu dever diante do Estado de formular um ideia sólida de nação, ao mesmo tempo buscando afastar de si a herança portuguesa. Naquele momento, o IHGB ajudou a desenhar, como órgão de Estado, um corpo nacional que podia se imaginar como dotado de unidade política, ao mesmo tempo em que direcionado ao progresso histórico (MUNARO, 2020a).

Lourenço da Silva Amazonas, nascido na Bahia, foi designado em missão para o interior da província do Amazonas (criada durante a sua estada na região, em 1850) para produzir relatos descritivos de comunidades indígenas e de elementos botânicos. Ele acabou produzindo um extenso dicionário de termos sobre o Amazonas em 1852, além de um confuso romance sobre a emancipação dos indígenas, de 1857. É precisamente este romance, intitulado “Simá, Romance histórico do Alto Amazonas”, que revela o mito fundacional mais importante da Amazônia, muito embora a obra de Lourenço Amazonas tenha passado despercebida diante da produção indigenista de José de Alencar no mesmo período (O Guarani foi publicado no mesmo ano em que Simá). O romance tem como pano de fundo a Revolta de Lamalonga, ocorrida em 1757, quando principais indígenas da região destruíram igrejas, paramentos religiosos e assassinaram um missionário carmelita. A protagonista da narrativa é Simá, neta de um indígena cavalheiro e filha de um comerciante português corrupto. A relação que deu origem à Simá, uma “índia mameluca”, na expressão cercada de simpatia de Lourenço, é um reforço da metáfora que seria consagrada mais de século depois na literatura acadêmica: o nascimento do Brasil é fruto da violência contra os indígenas, de um estupro sistemático. O produto do estupro é uma menina pacífica, inteligente e boa cristã, que se desliga da maldade de seu pai português e vive com seu avô indígena em direção a um mundo novo, o mundo brasileiro. A linguagem de Lourenço, influenciada pela leitura de Rousseau, largamente citado direta e indiretamente, mescla a ojeriza ao elemento português e a apologia pela riqueza no trabalho com a terra, espontâneo e natural. Mesmo sendo um indivíduo exógeno à Amazônia, Lourenço cria ou pelo menos ilustra um topônimo da leitura dos temas regionais, contendo todos os elementos sociais que seriam enfatizados pelos literatos endógenos nos anos subsequentes: o colonizador português, o indígena revoltado, o

caboclo resiliente, os missionários bons e os missionários maus (sobretudo jesuítas) e a fundação do Amazonas.

O comércio internacional da borracha a partir do final dos anos 1870 permitiu a expansão de um circuito de escritos no interior da região amazônica. A abertura da navegação internacional em 1867, já beneficiada pelo navio a vapor, acabou por potencializar a formação de várias vilas pequenas, cuja municipalidade era inaugurada em conjunto com uma máquina tipográfica. Com os eventos econômicos definidores da expansão da borracha, a população se multiplicou muito rapidamente, atraindo migrantes de outras regiões e países e, fato de não menor importância, assistindo a um número cada vez maior de periódicos impressos. Este processo “fecundou” a bacia hidrográfica amazônica com pequenas folhas jornalísticas, criadas de forma quase concomitante à fundação dos municípios impulsionada pela economia gomífera e em acordo com as necessidades administrativas de publicação de atos oficiais. Pode-se dizer que estas folhas, em localidades bastante distantes umas das outras, integradas apenas pelo lento fluxo dos vapores, vão “tomando consciência do seu pertencimento” a uma região em comum, região formada pelo grande rio Amazonas. É pelo jornalzinho que o habitante entra em contato com o país, estende a sua compreensão de si mesmo e percebe que existem outros indivíduos letrados, amazônicos, correspondendo-se com ele. Nesse sentido é que se pode falar em “rios de palavras” (MUNARO, 2017).

Claro que, em Belém e Manaus, as duas principais cidades amazônicas, a imprensa já possuía difusão considerável, com as folhas se colocando como favoráveis às mudanças urbanas ao mesmo tempo em que criticando os limites estreitos da modernidade regional. O predomínio do analfabetismo deu ao intelectual um aspecto de vida solitária e, ao mesmo tempo, uma aura meio mágica de domínio culto da língua, potencializada pela sua vida em meio aos livros. Nos jornais de Belém, ao mesmo tempo em que imbuído desta função de pedagogo, guia das massas desorganizadas, o intelectual desenvolveu a consciência de participação num todo cultural comum no seio do Brasil. Num destes jornais que circulou em Belém nos anos 1860, “A Estrella do Norte” impressa na “typographia ecclesiastica”, o ativo bispo da província do Grão-Pará D. Macedo Costa fortaleceu a consciência da participação regional a partir do seu trabalho evangelizador. Em texto anexado na edição 2 de 1863, lê-se que o rio age com sua potência integradora, uma metáfora mesmo para o trabalho catequético ou para a ação divina: “Aqui vou com os olhos fitos sobre o Amazonas, rio por certo o mais considerável de todo o mundo, não só pela sua extensão pasmosa, mas ainda pela largura e profundidade do seu leito. Que magnífico espetáculo fornece a natureza” (p. 13). O rio vai

percorrendo imponente a planície, com a calma que Deus lhe deu, recebendo a água dos inúmeros afluentes até ser despejado no oceano, mansamente, como um bom cristão.

Mais tarde, em 1883, *A Constituição*, Órgão do Partido Conservador do Pará, anexou conferência recitada em Manaus pelo bispo denominada “A Amazônia: meios de desenvolver a sua civilização”, no contexto de um extenso debate sobre a questão do povoamento e desenvolvimento regional. Macedo dirige-se à elite política e intelectual manauara usando o denominador comum Amazônia e “vale do Amazonas” para vinculá-la à província do Pará – o uso da expressão, evidentemente, não é fortuito, tem como objetivo despertar a solidariedade dos manauaras que o ouviam vencendo as rivalidades provinciais. O bispo referia-se ao estado miserável do “povo amazonense” e ao desejo por progresso do grande vale do Amazonas:

O que me assombra e entristece é ver o desamparo em que aí vegetam essas populações cristãs, tão boas, tão aproveitáveis, mas cuja dispersão mesma é o principal obstáculo a toda ação moralizadora, a todo o influxo civilizador que sobre elas queiram exercer a autoridade civil e religiosa [...] Pergunto, senhores, um povo vivendo a desgarrada por um vastíssimo território deserto, abandonado a si próprio, entregue a largos ócios e excessos bacanais, sem nenhuma instrução civil nem religiosa, e parte dele ainda selvagem, poderá atingir o porvir grandioso que todos queremos, que todos ardentemente desejamos para o *grande vale do Amazonas* (*A Constituição*, 4 de abril de 1883, p. 4, grifos nossos).

O uso que se dissemina e consolida aqui serve para reunir agentes políticos, nas mãos dos quais estão importantes decisões, provocando o seu horizonte de consciência em direção a um tipo de sociedade que deverá ser construída, uma identidade coletiva. Macedo indica o uso já estável da palavra, disponível tanto na imprensa manauara como belenense e mesmo na existência de clubs como o “Club Amazonia”, fundado em 1884, em Belém, para lutar pela liberdade e prosperidade do “povo amazônico” (como dito em seu manifesto pela liberdade: “Qual é a situação na Amazônia? A da escravidão de parte da sua população”). É importante notar, contudo, que ao mesmo tempo em que intelectuais como D. Macedo se referiam à Amazônia, Torquato Tapajós, talvez o principal defensor da causa amazonense no período, estava mais preocupado com a definição das fronteiras provinciais, inclusive nas disputas de terras entre as duas províncias que alimentavam forte rivalidade política. Ambos os importantes intelectuais estão unidos, contudo, nos topos comuns do período, relativos à necessidade de trabalho, migração, povoamento, cristianização, etc. (MUNARO, 2020b).

Na imprensa belenense, outra situação é apresentada em edição de janeiro de 1883 do “Diário do Grão Pará”, para quem “o partido liberal escraviza-se ao governo central, que não manifesta interesse algum pelo nosso engrandecimento, e antes empenha-se em sufocar com

a sua onipotência os movimentos legítimos de reação da Amazônia”, enquanto comenta a autonomia das províncias e reclama a atenção do poder central. Aqui estão os embriões de um sentimento autonomista que tem na revisita da Cabanagem, a grande rebelião regional amazônica, um elemento de memória comum que será trabalhado exaustivamente pela intelligentsia regional dos anos 1930. Ao responder o “Diário do Grão Pará”, o redator do “Liberal do Pará, órgão do Partido Liberal”, diz o seguinte:

Assim se, por exemplo, fosse submetido à câmara um projeto de reformas em que as províncias do Pará e Amazonas, ou Amazônia, como chama o colega, fossem desligadas da congregação do Brasil, certamente não teria o apoio da câmara, e nós não abraçaríamos a ideia [...] Mas, parece, seria o caso de perguntar-se: Ficaria melhor a Amazônia, só, pequena, fraca, do que unida ao gigante da América do Sul? Se temos o dever de nos não deixar esmagar, temo-lo também de não nos lançar no plano em que se acham as republiquetas nossas vizinhas (19 de janeiro de 1883, p. 1).

Ao questionar o seu colega na imprensa, exibindo um processo internalizado de diálogo entre as elites cultas, o redator do Liberal mostra que o uso do conceito Amazônia ainda é bastante ambíguo. Ao mesmo tempo em que se fala num certo sentimento nativista que uniria as províncias do Pará e Amazonas, reconhece-se que são antes de tudo províncias do Brasil. Nesta altura do campeonato, em termos que buscam ser conclusivos, não sendo conclusivos em todo o caso, pode-se dizer que a Amazônia se solidificou a partir de um conjunto de livros nos quais estavam tradições europeias, compreendidos seus elementos religiosos e culturais, patentes desde a nomeação do rio, do território, seu povoamento com imagens míticas, até o sentido civilizacional que lhe deu um D. Macedo, até estourar na celeuma: “a Amazônia importa mais do que as províncias individualmente consideradas”? Trata-se de um circuito de mídias que potencializam a região, espaço intermediário entre o local e o nacional: das *relaciones*, cartas e mapas, transformam-se numa consolidada narrativa científica e acabam figurando no importante projeto enciclopedista. São vulgarizados nos textos incendiários de Jean Jacques Rousseau, até reingressarem na cultura política brasileira por meio de letrados pressurosos da incorporação das novidades literárias europeias e, ao mesmo tempo, em dar sentido ao seu próprio lugar no mundo. Foi com a transformação do Brasil numa república federativa, com a Constituição de 1891, que se passa a descrever mais ativamente a existência de uma Amazônia cultural, tendo a luta de emancipação pelo Acre desempenhado papel fundamental no contorno identitário e nativista. A partir de então, a expressão vai servir aos mais diversos objetivos políticos, sempre

recheados de contornos míticos, patentes desde a expressão “celeiro do mundo” até “pulmão do mundo”.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Simá**. Romance histórico do Alto-Amazonas. Manaus: Valer, 2011.

COSTA, Antonio de Macedo. **A Amazonia**: meios de desenvolver a sua civilização. Conferencia recitada em Manaus, no Paço da Assembleia Provincial, perante o Exmo Sr. Presidente da Provincia e grande número de pessoas gradas, no dia 21/3/1883. 3a ed., Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1884.

DE ACUÑA, Cristóbal. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2004.

GUILHERMO, Giucci (org.). **Frei Gaspar de Carvajal** (edição bilíngue). São Paulo: Scritta, Consejería de Educación de la Embajada de España, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LA CONDAMINE, Charles-Marie. **Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale depuis la côte de la mer du Sud jusqu'aux côtes du Brésil et de la Guyane, en descendant la rivière des Amazones, lue à l'assemblée publique de l'Académie des sciences, le 28 avril 1745**. Paris, 1745 Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1051316r/f21.item> Acesso em Jun/2021

LACHAT, Marcelo. “Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas (1641), de Cristóbal de Acuña, e *Viagem* (1746), de Pedro de Santo Eliseu: história, poesia e política sobre o Rio das Amazonas”. **Revista ArtCultura**, UFU, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/50164> . Acesso em Jun/2021.

MUNARO, Luís Francisco. A Amazônia e a fundação do Brasil na obra *Simá* (1857) de Lourenço da Silva Amazonas. **Intellectus** (UERJ Online), v. 19, p. 220-246, 2020a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/47785> Acesso em Jun/2021.

MUNARO, Luís Francisco. Nem inferno, nem paraíso: esfera pública e a construção de um conceito de Amazônia (1930-1937). **Revista Observatório**, v. 5, p. 412-437, 2019.

MUNARO, Luís Francisco. **O jornalismo português em Londres**. Retrato de um tempo e de uma profissão. Rio de Janeiro: Publit, 2014.

MUNARO, Luís Francisco. **Rios de Palavras**: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921). 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. 265 p.

ORLANDI, Eni. **Discurso fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Fontes, 1993.

RANGEL, Carlos. **Mitos e falácias sobre a América Latina**. Do Bom selvagem ao bom revolucionário. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. **Revista Brasileira de História**. Número 29 (57). Jun, 2009.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: É realizações, 2011.